

TNDM II – TEATRO NACIONAL D. MARIA II, E.P.E.

RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO

RELATIVO AO 1º TRIMESTRE DE 2018

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 18.º dos Estatutos do Teatro Nacional D. Maria II, E.P.E, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 158/2007, de 27 de abril, (repristinado em 2013) cumpre ao respetivo Fiscal Único elaborar e “*enviar trimestralmente aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura um relatório sucinto sobre a atividade desenvolvida e a situação económica e financeira da empresa, incluindo os resultados de bilheteira face ao valor estimado*”.

De salientar que o n.º 2 do mesmo artigo estabelece que “*o conselho de administração da empresa, ou quem este designar, envia trimestralmente aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da cultura um relatório sucinto contendo a descrição da evolução da atividade face ao programado, os eventuais desvios e os controlos efetuados para sua correção ou diminuição*”.

Por sua vez, a alínea i) do n.º 1 do art.º 44.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece que as empresas públicas estão obrigadas a divulgar “*os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização*”.

Conclui-se assim que os relatórios trimestrais a emitir pelo órgão de fiscalização devem incidir, entre outras matérias, sobre os relatórios trimestrais de execução orçamental elaborados pelo Conselho de Administração.

Contudo, e dado que o relatório trimestral de responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao 1.º trimestre de 2018 apenas nos foi disponibilizado no passado dia 02 de julho, só a partir desta data foram criadas as condições para que possamos emitir o nosso relatório relativo a este período. Por esta razão, e dado o período de tempo já decorrido, o mesmo terá uma natureza mais sucinta do que habitualmente sucede.

Importa ainda ter presente, conforme relatado no relatório de execução orçamental, que o Teatro deu início em 2018 à aplicação das regras de contabilidade e reporte orçamental e financeiro em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo para o efeito implementado uma nova ferramenta de controlo de gestão, a qual ainda não se encontra em funcionamento pleno, o que naturalmente gerou alguns constrangimentos ao nível da informação disponibilizada.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

No trimestre em apreciação desenvolvemos as competências que nos estão cometidas pelos Estatutos do TNDM II, tendo, designadamente:

- a) Procedido ao acompanhamento da gestão do Teatro, designadamente através da realização de contactos regulares com o seu Conselho de Administração, bem como com a responsável pela Direção Financeira;
- b) Realizado a auditoria às demonstrações financeiras do exercício de 2017, que culminou com a emissão da certificação legal das contas e relatório e parecer do Fiscal Único, em 2 de abril de 2018;
- c) Respondido às solicitações e pedidos de esclarecimento que nos foram formulados pelos Serviços do Teatro, no âmbito da nossa área de conhecimentos;
- d) Acompanhado o cumprimento das obrigações de carácter fiscal a que o TNDM II está sujeito;
- e) Procedemos à apreciação da situação económico-financeira, reportada ao final do primeiro trimestre de 2018.

Adicionalmente, analisámos o relatório trimestral de execução orçamental elaborado pelo Conselho de Administração, na sequência do qual emitimos o presente parecer.

Em nossa opinião, o trabalho desenvolvido deu resposta às exigências contempladas, relativamente às responsabilidades e competências do Fiscal Único.

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Balanço reportado a 31MAR2018, bem como a respetiva evolução face a 31DEZ2017, consta do **Anexo 1** e foi preparado a partir dos registos contabilísticos do TNDM II.

A Demonstração de Resultados, igualmente elaborada a partir dos registos contabilísticos do TNDM II, reportada a 31MAR2018, consta do **Anexo 2** e engloba os dados relativos ao período homólogo de 2017, bem como a comparação face ao orçamento para o período em análise.

Realce-se que, conforme relatado no relatório de execução orçamental, o Teatro deu início em 2018 à aplicação das regras de contabilidade e reporte orçamental e financeiro previstas no SNC-AP, tendo para o efeito implementado uma nova ferramenta de controlo de gestão que implicou a reformulação do sistema informático. Por esta razão, existem ainda documentos e outros movimentos por integrar na contabilidade, os quais são suscetíveis de afetar a execução apresentada, sobretudo ao nível de algumas componentes de gastos e, consequentemente, do resultado e da performance evidenciados nos mapas financeiros.

Em termos de resultados, o Teatro apresenta, no final do trimestre em análise, um resultado positivo de 135.154 euros, excedendo largamente o resultado orçamentado para o período, que ascendia a 349.760 euros negativos, o que parece indiciar um desempenho mais favorável do que o esperado.

Este desempenho foi influenciado, sobretudo, ao nível dos gastos, pela poupança ocorrida com a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 232.399 euros (-36,1%), bem como com os Gastos com Pessoal, no montante de 131.050 euros (-17,2%). No que se refere aos rendimentos, há igualmente a registar o comportamento da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, que registou um montante superior ao orçamentado de 158.569 euros.

Relativamente ao desvio apurado na rubrica de gastos com pessoal, o Conselho de Administração justifica esta variação com um conjunto de situações atípicas, relacionadas com o gozo de licenças parentais, baixas por doença, pontual e prolongada, bem como decorrentes de acidentes de trabalho. Note-se, no entanto, que o total de dias de absentismo ocorridos no primeiro trimestre de 2018 ascendeu a 323, enquanto no período homólogo de 2017 ascendeu a 428 dias, traduzindo-se assim numa melhoria do nível de absentismo.

Com efeito, o montante de gastos com pessoal registado no primeiro trimestre de 2018 encontra-se subavaliado, em consequência de corresponderem apenas a três meses de processamento, sem terem sido considerados, e devidamente especializados, os proporcionais de férias, subsídio de férias e subsídio de natal, bem como os respetivos encargos.

Caso fossem considerados estes encargos, o total de gastos do trimestre seria acrescido em 120.403 euros aproximando-se assim dos valores orçamentados e evidenciando um aumento de 86.969 euros face ao período homólogo de 2017.

No entanto, o valor efetivo dos gastos com pessoal correspondentes ao trimestre será ainda superior, dado que haverá ainda que considerar o efeito das progressões remuneratórias, em consequência dos descongelamentos ocorridos, o qual só foi registado em maio, embora com efeitos retroativos, pelo que o comportamento desta componente de gastos poderá mesmo exceder o que se encontrava orçamentado.

A poupança verificada na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, para além de poder estar igualmente afetada pela não contabilização de alguns documentos de despesa, foi igualmente influenciada pelo efeito de sazonalidade, decorrente de parte dos espetáculos previstos para a Sala Garrett e para a Sala Estúdio, apenas ocorrerem no decurso do segundo trimestre, efeito que poderá não ter sido integralmente acautelado pelo exercício de mensualização efetuado ao nível do orçamento.

Ainda ao nível dos gastos, importa referir que não foram registados no trimestre os gastos com amortizações, que deverão rondar os sessenta mil euros, o que também contribuiu, embora de forma artificial, para a evolução favorável evidenciada pelas contas do trimestre.

O não registo dos gastos com depreciações ficou também a dever-se a dificuldades na implementação do novo sistema informático, que impediu a integração dos saldos iniciais relativos aos ativos fixos tangíveis, o que não permitiu o apuramento destes gastos no período.

No que se refere ao comportamento dos rendimentos totais gerados no trimestre, registou-se uma prestação favorável em cerca de 62.151 euros (+5,5%), em grande parte explicado pelo recebimento de 146.177 euros, referente à candidatura que o TNDM II, E.P.E. apresentou ao QREN em regime de *over-booking*, para o qual não se encontrava orçamentada qualquer verba.

Esta situação gerou um comportamento muito favorável da rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, conforme já referido.

No entanto, esta variação positiva foi parcialmente atenuada pelo comportamento menos favorável dos rendimentos provenientes da receita de bilheteira, bem como dos subsídios à exploração.

Deste modo, o resultado líquido efetivo do período será negativo, ao contrário do resultado positivo evidenciado, muito embora se admita que, ainda assim, possa traduzir uma evolução favorável, quer relativamente ao orçamentado para o mesmo período, quer relativamente ao período homólogo, muito embora não se possa daqui inferir que o desempenho nos períodos subsequente do exercício possa manter a tendência registada no primeiro trimestre, dado não se conhecer integralmente o total de encargos que, embora relativo a este período, só serão reconhecidos nos trimestres seguintes, com especial enfoque para o efeito ao nível dos gastos com pessoal gerado pelo descongelamento das progressões na carreira.

4. NOTA FINAL

Finalmente, manifesta-se o nosso agradecimento aos responsáveis do TNDM II com quem contactámos ao longo do nosso trabalho, destacando-se a postura colaborante e pró-ativa do respetivo Conselho de Administração, bem como da responsável pela área financeira.

Lisboa, 20 de julho de 2018

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o nº 691 e na lista de auditores da CMVM sob o nº 20160331)

ANEXO 1 – Balanço

BALANÇO	31-MAR-18	31-DEZ-17	Var. MAR.18 /DEZ.17	
			Valor	%
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis	1 349 973	1 345 618	4 355	0,32%
Ativos intangíveis	42 998	23 624	19 374	82%
Outros Ativos Financeiros	5 929	5 051	878	17%
	1 398 901	1 374 294	24 607	2%
ATIVO CORRENTE				
Inventários	82 284	75 455	6 828	9%
Clientes	17 512	15 432	2 080	13%
Estado e outros entes públicos		8 618	(8 618)	-100%
Outras contas a receber	75 759	48 067	27 692	58%
Diferimentos	109 379	109 379	-	0%
Caixa e depósitos bancários	2 767 192	2 632 500	134 692	5%
	3 052 127	2 889 452	162 674	6%
TOTAL ATIVO	4 451 027	4 263 746	187 281	4%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital realizado	1 000 000	1 000 000	-	0%
Reservas legais	82 296	69 338	12 958	19%
Outras reservas	1 902 989	1 902 989	-	0%
Resultados transitados	585 031	338 825	246 206	73%
Outras variações no capital próprio	88 750	88 750	-	0%
Resultado líquido do período	135 154	259 164	(124 010)	-48%
	3 794 220	3 659 066	135 154	4%
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões	-	-	-	
	-	-	-	
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores	42 809	37 935	4 874	13%
Adiantamentos de clientes			-	
Estado e outros entes públicos	147 202	137 638	9 565	7%
Financiamentos obtidos			-	
Outras contas a pagar	428 108	401 402	26 706	7%
Diferimentos	38 688	27 706	10 982	40%
	656 808	604 680	52 127	9%
TOTAL DO PASSIVO	656 808	604 680	52 127	9%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	4 451 027	4 263 746	187 281	4%

ANEXO 2 – Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	Real	Orçamento	Real	Var Orç. 18		Var. real 18/17	
	31/mar/18	31/mar/18	31/mar/17	Valor	%	Valor	%
Vendas e serviços prestados	83 430	135 144	117 717	(51 714)	-38,3%	(34 286)	-29,1%
Subsídios à exploração	932 388	977 092	924 597	(44 704)	-4,6%	7 791	0,8%
Ganhos/perdas imputadas a subsidiárias e associadas				-		-	
278.				-		-	
Trabalhos para a própria entidade				-		-	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(4 454)	(3 409)	(4 673)	(1 045)	30,7%	219	-4,7%
Fornecimentos e serviços externos	(411 398)	(643 797)	(498 983)	232 399	-36,1%	87 585	-17,6%
Gastos com o pessoal	(629 512)	(760 562)	(662 945)	131 050	-17,2%	33 434	-5,0%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				-		-	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				-		-	
Provisões (aumentos/reduções)				-		-	
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reduções)				-		-	
Aumentos/reduções de justo valor				-		-	
Outros rendimentos e ganhos	167 582	9 013	13 736	158 569	1759,4%	153 846	1120,0%
Outros gastos e perdas	(2 161)	(1 950)	(12 651)	(211)	10,8%	10 490	-82,9%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	135 875	(288 469)	(123 202)	424 344	-147,1%	259 077	-210,3%
(Gastos) / reversões de depreciação e amortização		(59 469)	(66 833)	59 469	-100,0%	66 833	-100,0%
Imparidade de ativos depreciáveis (perdas/reversões)				-		-	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	135 875	(347 938)	(190 034)	483 813	-139,1%	325 910	-171,5%
Juros e rendimentos similares obtidos				-		-	
Juros e gastos similares suportados	(721)	(1 822)	(1 217)	1 101	-60,4%	496	-40,8%
Resultado antes de impostos	135 154	(349 760)	(191 252)	484 914	-138,6%	326 406	-170,7%
Imposto sobre o rendimento do período				-		-	
Resultado líquido do período	135 154	(349 760)	(191 252)	484 914	-138,6%	326 406	-170,7%